

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, EM DUAS SÉRIES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, COM GARANTIA FLUTUANTE E GARANTIA FIDEJUSSÓRIA E REAL ADICIONAIS PARA A 2ª SÉRIE DA FREFER METAL PLUS S.A.**

São partes ("Partes") neste "Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a 2ª Série da Frefer Metal Plus S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora das debêntures da 1ª série ("Debêntures da Primeira Série") e da 2ª série ("Debêntures da Segunda Série" e, conjuntamente "Debêntures") objeto desta Escritura de Emissão e ofertante ("Emissora"):

**FREFER METAL PLUS S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Dianópolis, 122 – 1º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.879.248/0001-86, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

- II. como fiador ("Fiador") das Debêntures da Segunda Série objeto da Oferta Restrita (conforme definido abaixo):

**CHRISTIANO DA CUNHA FREIRE**, brasileiro, casado sob regime de separação total de bens, empresário, portador de Cédula de Identidade RG n.º 110.339.149 SSP/SP e inscrito no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 104.831.148-12, residente e domiciliado na Rua Pacoba, 622, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo;

- III. como agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), nomeado nesta Escritura de Emissão e nela interveniente, representando a comunhão dos titulares das Debêntures ("Debenturistas" e, conforme o caso, "Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série" ou "Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série"):

**PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS** com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, bloco 4, sala 514, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social;

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

**1      AUTORIZAÇÃO**

- 1.1 A emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) são realizadas com base nas deliberações tomadas na assembléia geral extraordinária da Emissora realizada em 19 de outubro de 2010 ("AGE Oferta"), com base no artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").



## 2 REQUISITOS

- 2.1 A emissão das Debêntures e a Oferta Restrita (conforme definida abaixo) serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:
- I. *arquivamento e publicação dos atos societários relacionados à Oferta Restrita.* A ata da AGE Oferta será protocolada na JUCESP e foi publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição regional de São Paulo, em 5 de novembro de 2010;
  - II. *registro desta Escritura de Emissão.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados na JUCESP, nos termos do artigo 62 da Lei das Sociedades por Ações;
  - III. *registro do Contrato de Cessão Fiduciária.* O contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido abaixo) a ser emitido em garantia das Debêntures da Segunda Série, e seus eventuais aditamentos deverão ser registrados no Cartório de Registro de Títulos e Documentos de São Paulo;
  - IV. *registro para distribuição e negociação.* As Debêntures serão registradas para (a) distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição liquidada por meio da CETIP; e (b) negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP. Não obstante o disposto no item (b) deste inciso, as Debêntures somente poderão ser negociadas entre investidores qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada ("Instrução CVM 409") e nos termos do artigo 4º da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") ("Investidores Qualificados"), nos mercados regulamentados de valores mobiliários e após decorridos 90 (noventa) dias de sua respectiva subscrição ou aquisição por Investidores Qualificados; e
  - V. *registro na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").* A Oferta Restrita está automaticamente dispensada de registro de distribuição pública na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por tratar-se de oferta pública com esforços restritos de colocação.

## 3 OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (a) indústria e comércio atacadista de chapas, vergalhões, vigas, tubos, barras e perfilados de ferro e aço e demais materiais ferrosos e não ferrosos, sendo que, em sua sede, não serão executadas operações de industrialização, ou armazenamento de materiais; (b) prestação de serviços de



beneficiamento e corte dos materiais comercializados; (c) armazenamento de materiais para terceiros em filiais; (d) importação e Exportação por conta própria e de terceiros; (e) representações comerciais de produtos siderúrgicos, por conta própria ou de terceiros; (f) participação de outras sociedades como acionista ou quotista; e (g) indústria e comércio de autopeças e implementos rodoviários.

#### 4 DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta Restrita serão utilizados para alongamento do passivo de curto prazo da Emissora.

#### 5 CARACTERÍSTICAS DA OFERTA RESTRITA

- 5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão pública de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da emissão é de até R\$ 60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) na Data de Emissão.
- 5.2.1 *Valor Total das Debêntures da Primeira Série.* O valor total das Debêntures da Primeira Série é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
- 5.2.2 *Valor Total das Debêntures da Segunda Série.* O valor total das Debêntures da Segunda Série é de R\$ 40.000.000,00 (quarenta milhões de reais).
- 5.3 *Séries.* A Oferta Restrita será realizada em duas séries.
- 5.4 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de distribuição pública com esforços restritos de colocação destinada exclusivamente a Investidores Qualificados, sob o regime de melhores esforços para as Debêntures da Primeira Série e de garantia firme para as Debêntures da Segunda Série, nos termos do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a 2ª Série da Primeira Emissão Pública da Frefer Metal Plus S.A." ("Contrato de Distribuição"), com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder"), instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, devendo a Oferta Restrita ser efetivada de acordo com o Plano de Colocação (conforme definido abaixo) ("Oferta Restrita").
- 5.4.1 Nos termos do artigo 59, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, as Debêntures da Segunda Série não poderão ser emitidas sem que antes tenham sido colocadas todas as Debêntures da Primeira Série ou cancelado o saldo não colocado.
- 5.4.2 Não obstante o disposto na cláusula 5.4.1 acima, as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série deverão ser subscritas e integralizadas na mesma data.
- 5.5 *Plano de Colocação.* O Coordenador Líder organizará a colocação das Debêntures perante os Investidores Qualificados, em atendimento aos procedimentos descritos na





Instrução CVM 476 ("Plano de Colocação"), o qual será fixado mediante atendimento dos seguintes termos:


- I. não será permitida a busca de investidores por meio de lojas, escritórios ou estabelecimentos abertos ao público, ou com a utilização de serviços públicos de comunicação, como a imprensa, o rádio, a televisão e páginas abertas ao público na rede mundial de computadores;
  - II. o público alvo da Oferta Restrita será composto por Investidores Qualificados e, para fins da Oferta Restrita, todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados;
  - III. somente será permitida a procura, pelo Coordenador Líder, de, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Qualificados;
  - IV. as Debêntures somente poderão ser adquiridas por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados;
  - V. os Investidores Qualificados deverão subscrever Debêntures que representem um valor mínimo de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);
  - VI. serão levadas em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica do Coordenador Líder e da Emissora, observado, entretanto, que o Coordenador Líder (i) compromete-se a direcionar a Oferta Restrita para Investidores Qualificados que tenham perfil de risco adequado; e (ii) observará os limites descritos nos incisos III e IV acima; e
  - VII. não será constituído fundo de sustentação de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.
- 5.6 *Subscrição.* No ato da subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente que (i) a Oferta Restrita não foi registrada perante a CVM; e (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas na regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão.
- 5.7 *Forma de Subscrição.* As Debêntures serão subscritas de acordo com os procedimentos da CETIP.
- 5.8 *Limite de Emissão.* O valor total da Oferta Restrita, conforme disposto na cláusula 5.2 acima, atende aos limites impostos à realização de emissões e ofertas públicas de debêntures previstos no §1º, alínea 'b' do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, ou seja, não ultrapassa o valor do ativo total da Emissora, excluídas as dívidas garantidas por direitos reais, conforme detalhado abaixo:

**Exercício encerrado em 30 de setembro de 2010**

**R\$ (mil)**  
(exceto  
percentual)

Ativo Total (A)

221.077





Empréstimos e Financiamentos com Garantia Real (B)	0,00
(A) – (B) = (C)	221.077
(C) • 70% = Valor Limite para emissão de Debêntures com Garantia Flutuante	154.753
Valor Total da Oferta Restrita (" <u>VTOR</u> ")	60.000
(VTOR/C) • 100 =	27,14%

- 5.9 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição ("Data de Integralização") e em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal Unitário (conforme definido abaixo), acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão (conforme definido abaixo) até a Data de Integralização ("Preço de Integralização").
- 5.10 *Negociação.* As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário no SND, observado o disposto no inciso IV da Cláusula 2.1 acima.
- 5.11 *Banco Mandatário.* O banco mandatário da Oferta Restrita será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100 - Torre Itaúsa, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Mandatário", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder o Banco Mandatário na prestação dos serviços de Banco Mandatário previstos nesta Escritura de Emissão).
- 5.12 *Instituição Depositária.* A instituição depositária e prestadora de serviços de escrituração das Debêntures das Debêntures objeto da Oferta Restrita será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Instituição Depositária", cuja definição inclui qualquer outra instituição que venha a suceder a Instituição Depositária na prestação dos serviços previstos nesta Escritura de Emissão).

## 6 Características das Debêntures

- 6.1 *Quantidade.* Serão emitidas até 60 (sessenta) Debêntures, sendo 20 (vinte) Debêntures da Primeira Série e 40 (quarenta) Debêntures da Segunda Série.
- 6.2 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 6.3 *Forma.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Depositária e, adicionalmente, para as Debêntures custodiadas no SND, será expedido, pela CETIP, extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade das Debêntures.
- 6.4 *Convertibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações.
- 6.5 *Espécie.* As Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série serão da espécie com garantia flutuante com privilégio geral sobre os ativos da Emissora e



garantia fidejussória e real adicionais para as Debêntures da Segunda Série, nos termos do artigo 58, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

6.6 *Garantias.*

6.6.1 *Garantia das Debêntures da Primeira Série.* As Debêntures da Primeira Série da Oferta Restrita não contarão com garantias adicionais.

6.6.2 *Garantia das Debêntures da Segunda Série.* As Debêntures da Segunda Série contarão com as seguintes garantias adicionais:

6.6.2.1 *Garantia Fidejussória.* Para assegurar o cumprimento de todas obrigações pecuniárias, principal e acessórias, incluindo encargos moratórios, das Debêntures da Segunda Série ("Valor Afiançado") o Fiador, neste ato, obriga-se como fiador, principal pagador e solidariamente responsável, nos termos do artigo 275 e seguintes do Código Civil, por todas as obrigações assumidas pela Emissora em relação às Debêntures da Segunda Série, incluindo, quando houver, gastos com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais ou medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário em benefício dos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série, e renunciando neste ato expressamente aos benefícios de ordem, novação, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 366, 821, 824, 827, 829, 830, 834, 835, 837, 838 e 839 do Código Civil e 77 e 595 do Código de Processo Civil.

6.6.2.1.1 O Valor Afiançado será pago pelo Fiador no prazo de 1 (um) dia útil, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário ao Fiador informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série a título de principal, Remuneração das Debêntures da Segunda Série (conforme abaixo definida) ou encargos de qualquer natureza, ou ainda àquelas devidas ao Agente Fiduciário. Os pagamentos serão realizados pelo Fiador fora do sistema da CETIP e diretamente a favor dos titulares das Debêntures.

6.6.2.1.2 A Fiança é prestada independentemente de quaisquer outras garantias que os Debenturistas tenham recebido ou venham a receber.

6.6.2.1.3 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá ser admitida ou invocada pelo Fiador com o fim de escusar-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.

6.6.2.1.4 A presente Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida e vigente em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Afiançado.

6.6.2.1.5 A presente Fiança poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Afiançado.





6.6.2.2 *Cessão Fiduciária de Recebíveis*. Para assegurar o cumprimento de suas obrigações pecuniárias, principais e acessórias, assumidas nesta Escritura de Emissão com relação às Debêntures da Segunda Série, a Emissora cederá fiduciariamente aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série, representados pelo Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Recebíveis ("Contrato de Cessão Fiduciária") a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário, em nome dos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série, durante todo o prazo de vigência das Debêntures da Segunda Série: (i) os direitos creditórios de titularidade da Emissora, devidamente descritos e individualizados no Contrato de Cessão Fiduciária, que representem um valor equivalente à, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do saldo devedor das Debêntures da Segunda Série; (ii) todos os direitos creditórios relativos à conta de depósito de titularidade da Emissora para recebimento dos pagamentos dos direitos creditórios, bloqueada em favor dos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série; e (iii) todos os direitos creditórios sobre o produto do pagamento dos créditos referidos no item (i) acima, incluindo aqueles decorrentes do depósito na conta acima referida e de aplicações financeiras realizadas com o referido produto.


6.6.2.2.1 Caso a Emissora, por qualquer motivo, não cumpra quaisquer de suas obrigações pecuniárias junto aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série previstas nesta Escritura e no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive mediante declaração de vencimento antecipado, o Agente Fiduciário, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, deverá excutir os direitos creditórios cedidos fiduciariamente, bem como utilizar os recursos depositados na respectiva conta de depósito, para pagamento dos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série exigível em decorrência de tal descumprimento, se for o caso, ou da declaração de vencimento antecipado das Debêntures, com todos os acréscimos devidos nos termos desta Escritura de Emissão.

6.6.3 Fica desde já certo e ajustado que a inobservância, pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas, dos prazos para execução de quaisquer garantias constituídas em favor dos Debenturistas no âmbito da Oferta Restrita não ensejará, sob hipótese nenhuma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui prevista.

6.7 *Data de Emissão*. Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da Primeira Série será 22 de novembro de 2010 ("Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série") e da Segunda Série será 22 de novembro de 2010 ("Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, "Data de Emissão").

6.8 *Prazo e Data de Vencimento*. Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 3 (três) anos contados da respectiva Data de Emissão, vencendo-se, portanto, as Debêntures da Primeira Série em 22 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série") e as Debêntures da Segunda Série em 22 de novembro de 2013 ("Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série") e, em conjunto com a Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, "Data de Vencimento").

6.9 *Amortização do Valor Nominal Unitário*.





6.9.1 *Debêntures da Primeira Série.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série será pago e amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga no 12º (décimo segundo) mês após a Data de Emissão das Debêntures da Primeira Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	22/11/2011	20%
2ª Amortização	22/05/2012	20%
3ª Amortização	22/11/2012	20%
4ª Amortização	22/05/2013	20%
5ª Amortização	22/11/2013	20%
Total	x	100%

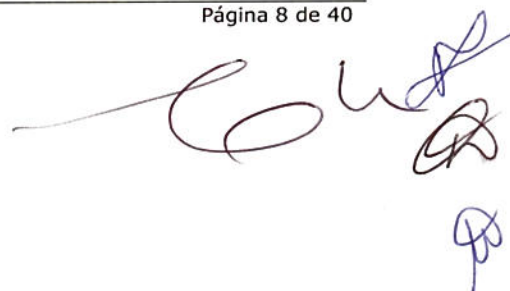
6.9.2 *Debêntures da Segunda Série.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série será pago e amortizado em 5 (cinco) parcelas semestrais e sucessivas, sendo a primeira parcela paga no 12º (décimo segundo) mês após a Data de Emissão das Debêntures da Segunda Série, conforme tabela abaixo:

Amortização	Data da Amortização	Parcela do Valor Nominal a ser Amortizado (%)
1ª Amortização	22/11/2011	20%
2ª Amortização	22/05/2012	20%
3ª Amortização	22/11/2012	20%
4ª Amortização	22/05/2013	20%
5ª Amortização	22/11/2013	20%
Total	x	100%

#### 6.10 Remuneração.

6.10.1 *Atualização Monetária.* O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

6.10.2 *Juros das Debêntures da Primeira Série.* Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Primeira Série incidirão, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de juros anterior, até a data do próximo pagamento de juros, juros remuneratórios correspondentes à acumulação das taxas médias mensais dos DI – Depósitos Interfinanceiros, calculados e divulgados, diariamente, pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na *Internet* (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI") capitalizada de uma sobretaxa de 4,0% (quatro por cento) ao ano - base





de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis - ("Remuneração das Debêntures da Primeira Série"). A Remuneração das Debêntures da Primeira Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, e será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 22 de maio de 2011 e o último na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures da Primeira Série.

6.10.3 *Juros das Debêntures da Segunda Série.* Sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da Segunda Série incidirão, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento de juros anterior, até a data do próximo pagamento de juros, juros remuneratórios correspondentes à Taxa DI capitalizada de uma sobretaxa de 3,0% (três por cento) ao ano - base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis - ("Remuneração das Debêntures da Segunda Série" ou, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, "Remuneração"). A Remuneração da Segunda Série será calculada em regime de capitalização composta, de forma *pro rata temporis*, por dias úteis, e será paga, semestralmente, a partir da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 22 de maio de 2011 e o último na Data de Vencimento da Segunda Série, na data da liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures da Segunda Série em razão da ocorrência de um dos Eventos de Inadimplemento, ou na data em que ocorrer o resgate antecipado das Debêntures da Segunda Série.

6.10.4 A Remuneração das Debêntures da Primeira Série e a Remuneração das Debêntures da Segunda Série serão calculadas de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (\text{Fator de Juros} - 1)$$

Onde,

J = valor da Remuneração devida no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

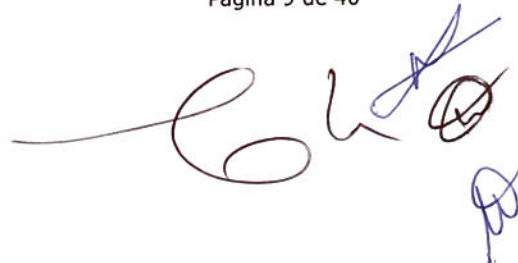
VNe = Valor Nominal Unitário não amortizado das Debêntures no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

Fator de Juros = Fator de juros, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{Fator de Juros} = \text{FatorDI} \times \text{FatorSpread}$$

Onde,

FatorDI = produtório das Taxas DIk da data de início do Período de Capitalização (inclusive) até a data de cálculo da Remuneração (exclusive), calculado





com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$\text{Fator DI} = \prod_{k=1}^n (1 + \text{TDI}_k)$$

Onde,

$n$  = número total de Taxas DI consideradas na apuração do "Fator DI", sendo "n" um número inteiro.

$k$  = número de ordem das Taxas DI, variando de 1 até  $n$ .

$\text{TDI}_k$  = Taxa DI de ordem  $k$ , expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$\text{TDI}_k = \left( \frac{\text{DI}_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde:

$\text{DI}_k$  = Taxa DI de ordem  $k$  divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais; e

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, conforme fórmula abaixo:

$$\text{FatorSpread} = \left\{ \left[ \left( \frac{\text{spread}}{100} + 1 \right)^{\frac{\text{DUP}}{252}} \right] \right\}$$

onde:

spread = 4,0000 para as Debêntures da Primeira Série e 3,0000 para as Debêntures da Segunda Série;

DUP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, e a data atual (exclusive), sendo "DUP" um número inteiro.

Observações:

- (i) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (ii) O fator resultante da expressão  $(1 + \text{TDI}^k)$  é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;





- (iii) Efetua-se o produtório dos fatores  $(1 + TDI^k)$ , sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iv) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento; e
- (v) Define-se "Período de Capitalização" como o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, inclusive, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista para o pagamento da Remuneração imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento da Remuneração correspondente ao período, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade. O valor da Remuneração será agregado ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures para efeito de apuração do saldo devedor das Debêntures. O pagamento da Remuneração será exigível somente no final de cada Período de Capitalização, sem prejuízo dos demais vencimentos previstos nesta Escritura de Emissão.

6.10.5 Observado o disposto na Cláusula 0, no caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa mensal produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

6.10.6 Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembléia Geral de Debenturistas (conforme definida na Cláusula 9 abaixo), a ser realizada no prazo máximo de 20 (vinte) dias contados da data de término do prazo de qualquer um dos eventos previstos no início desta Cláusula, para deliberar, de comum acordo com a Emissora e, observada a Decisão Conjunta BACEN/CVM n.º 13, de 14 de março de 2003 e demais regulamentação aplicável, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures de cada uma das séries, parâmetro este que deverá preservar o valor real e os mesmos níveis da Remuneração das Debêntures da Primeira Série e da Remuneração das Debêntures da Segunda Série ("Remuneração Substitutiva das Debêntures da Primeira Série" e "Remuneração Substitutiva das Debêntures da Segunda Série" ou, indistintamente "Remuneração Substitutiva"). Até o momento da definição da Remuneração Substitutiva de cada uma das séries ou da definição, pela Emissora, entre o disposto nos incisos I ou II abaixo, conforme o caso, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, calculada *pro rata temporis*. Caso os Debenturistas, reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures de cada série, não aprovem a Remuneração Substitutiva proposta pela Emissora, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas,





obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de até 15 (quinze) dias contados da data de encerramento da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, qual a alternativa escolhida:

- I. a Emissora deverá resgatar e, conseqüentemente, cancelar, antecipadamente a totalidade das Debêntures em circulação, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de realização da Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, calculada *pro rata temporis*, até a data do seu efetivo pagamento, utilizando-se, para cálculo da Remuneração aplicável ao resgate e conseqüente cancelamento previsto neste inciso, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente, acrescida do percentual aplicável, sendo que o resgate a que se refere este inciso não será acrescido de prêmio ou penalidade de qualquer natureza; ou
- II. a Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá a Data de Vencimento e o prazo médio das amortizações originalmente programadas das Debêntures, utilizando-se, para cálculo da Remuneração aplicável, durante o prazo de amortização das Debêntures previsto neste inciso, a periodicidade do pagamento da Remuneração prevista na Cláusula 6.10.4 acima, e uma Remuneração Substitutiva definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula, a qual, se for referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

6.11 *Repactuação.* As Debêntures não serão objeto de repactuação programada.

6.12 *Oferta de Resgate Antecipado*

6.12.1 A Emissora poderá realizar, a seu exclusivo critério, a partir do 12º (décimo segundo) mês após a Data de Emissão ("Prazo para Resgate Antecipado") oferta de resgate antecipado das Debêntures em circulação ("Oferta de Resgate Antecipado"), mediante pagamento de prêmio a ser definido pelos Debenturistas, a época do resgate, de acordo com as taxas praticadas no mercado financeiro e publicação de "Aviso aos Debenturistas" no jornal Valor Econômico, edição regional de São Paulo, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de pagamento do resgate antecipado, a qual deverá obrigatoriamente constar do "Aviso aos Debenturistas" ("Data de Exercício do Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado deverá ser direcionada, necessariamente, (a) a todos os Debenturistas; ou (b) exclusivamente aos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série e, caso estes recusem a Oferta de Resgate Antecipado, esta poderá ser estendida nos mesmos termos, aos Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série.

6.12.2 O Resgate Antecipado parcial deverá ser realizado mediante sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações e, para as Debêntures custodiadas no SND, conforme procedimentos adotados pela CETIP, através de



"operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, definição do rateio e de validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas por Debenturista, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o evento parcial, não haverá a necessidade de ajuste à Escritura de Emissão ou qualquer outra formalidade.

- 6.12.3 A CETIP deverá ser avisada da realização do resgate antecipado (parcial ou total) com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência da data de sua efetivação.
- 6.13 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, após 90 (noventa) dias da subscrição ou aquisição das Debêntures, adquirir Debêntures em circulação por preço não superior ao saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a respectiva Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração até a data do seu efetivo pagamento, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 55 da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das demais Debêntures em circulação.
- 6.14 *Encargos Moratórios.* Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento ("Encargos Moratórios").
- 6.15 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.
- 6.16 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por intermédio da CETIP, ou, ainda, por meio da Instituição Depositária para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP. Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Instituição Depositária e à Emissora, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou



isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.

- 6.17 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriados bancários nacionais, sábados ou domingos.
- 6.18 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.18.1, 6.18.2 e 6.18.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso 0, dos Encargos Moratórios, de acordo com o previsto na Cláusula 6.18.3 abaixo), na ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- I. provarem-se falsas, inconsistentes, incorretas, insuficientes ou enganosas, quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora e/ou pelo Fiador no âmbito da Oferta Restrita;
  - II. não pagamento, pela Emissora e/ou pelo Fiador de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou a esta Escritura de Emissão na respectiva data de pagamento prevista nesta Escritura de Emissão;
  - III. no caso de (a) decretação de falência da Emissora e/ou do Fiador; (b) pedido de autofalência pela Emissora e/ou pelo Fiador, conforme aplicável; (c) pedido de falência da Emissora e/ou do Fiador formulado por terceiros não elidido no prazo legal, ou, ainda, pedido de qualquer procedimento análogo que venha a ser criado por lei, também não elidido no prazo legal; (d) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, que não esteja sujeita ao disposto na Lei n.º 6.024, de 13 de março de 1974, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (e) intervenção, liquidação, dissolução ou, conforme o caso, extinção da Emissora;
  - IV. protesto de títulos contra a Emissora no mercado local ou internacional exceto se, no prazo de até 3 (três) dias contados da data do protesto, tiver sido comprovado ao Agente Fiduciário que (a) o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro; ou (b) o protesto foi cancelado;
  - V. alteração do controle (conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, ou da composição do capital social da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas específica com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência do evento de alteração da posição acionária e/ou troca de controle direto ou





indireto da Emissora, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;

- VI. aprovação de incorporação, fusão ou cisão da Emissora, sem o prévio consentimento dos Debenturistas reunidos em Assembléia Geral de Debenturistas específica de que trata o artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações, realizada com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência da aprovação de qualquer das formas de reorganização societária ora mencionadas, sendo que tal consentimento deverá ser de, pelo menos, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação;
- VII. vencimento antecipado de quaisquer obrigações financeiras contraídas pela Emissora e/ou pelo Fiador, no mercado local ou internacional, não sanadas no prazo de cura previsto em tal obrigação;
- VIII. redução do capital social da Emissora, exceto se a operação tiver sido previamente aprovada pela maioria dos titulares de Debêntures em circulação, em atendimento ao disposto no parágrafo 3º do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;
- IX. descumprimento de qualquer decisão judicial, arbitral ou administrativa de entidade regulatória contra a Emissora e/ou Fiador, conforme o caso no prazo de 3 (três) dias corridos da data para pagamento;
- X. alteração do objeto social da Emissora conforme disposto em seu estatuto social, que afete de forma material e adversa a capacidade da Emissora de adimplir com as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- XI. descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão;
- XII. transformação da Emissora em outro tipo societário, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;
- XIII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, pela Emissora e/ou Fiador, das obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão;
- XIV. distribuição de dividendos, pagamento de juros sobre o capital próprio ou a realização de quaisquer outros pagamentos a seus acionistas, caso a Emissora esteja em mora com qualquer de suas obrigações estabelecidas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XV. anulação, nulidade ou inexequibilidade quanto à emissão das Debêntures;
- XVI. liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;
- XVII. constituição, pela Emissora e/ou pelo Fiador, de quaisquer ônus ou gravames cujo o valor individual seja superior ou igual a R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais) (a) sobre seus bens móveis ou imóveis, sem aprovação prévia





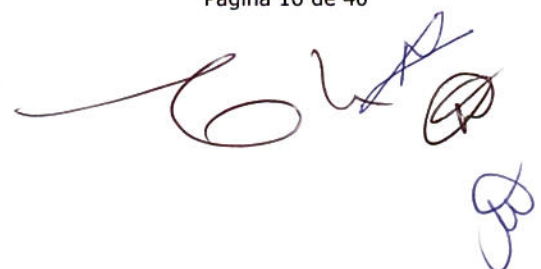
de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação, reunidos em assembléia específica;

- XVIII. (a) alienação de ativos pela Emissora; ou (b) desapropriação, confisco ou outra medida de qualquer autoridade governamental ou judiciária que implique perda de bens da Emissora e/ou do Fiador;
- XIX. não renovação, cancelamento, revogação ou suspensão de autorizações e licenças da Emissora, inclusive ambientais, necessárias para o exercício de suas atividades, em conformidade com a legislação aplicável;
- XX. não caracterização, a qualquer tempo, durante a vigência desta Escritura de Emissão, das Debêntures como sendo da espécie com garantia flutuante, nos termos do parágrafo 1º, alínea "b" do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- XXI. anulação, nulidade ou inexecutabilidade da garantia de cessão fiduciária constituída sob o Contrato de Cessão Fiduciária; ou
- XXII. morte, insolvência, ausência ou interdição do Fiador sem que a Emissora apresente substituto(s) idôneo(s), em até 05 (cinco) dias a contar da ocorrência de qualquer destes eventos.

6.18.1 Ocorrendo quaisquer dos Eventos de Inadimplemento previstos nos incisos II, III, V, VI, VII, XII, XIII, XIV, XV e XIX da Cláusula 6.18 acima, que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, as Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

6.18.2 Ocorrendo quaisquer dos demais Eventos de Inadimplemento (que não sejam aqueles previstos na Cláusula 6.18.1 acima), que deverão ser imediatamente informados pela Emissora ao Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.5 e 8.6 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, Assembléia Geral de Debenturistas titulares das Debêntures da Primeira Série e Assembléia Geral de Debenturistas Titulares das Debêntures da Segunda Série, a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei. Se, nas referidas Assembléias Gerais de Debenturistas, Debenturistas de cada série representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures da respectiva série em circulação, decidirem por não considerar o vencimento antecipado das Debêntures, o Agente Fiduciário não deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures da série que houver; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembléia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

6.18.3 Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação, com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da respectiva Remuneração (e, no caso do inciso 0 da Cláusula 6.18 acima, dos Encargos Moratórios, calculados a partir da data





em que tais pagamentos deveriam ter sido efetuados), calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou a data do último pagamento da Remuneração, até a data do seu efetivo pagamento, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão, em até 3 (três) dias úteis contados da data de declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

- 6.18.4 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta protocolada: (a) à Emissora, com cópia à CETIP; e (b) à Instituição Depositária e ao Banco Mandatário informando tal evento.
- 6.19 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição regional de São Paulo, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores (*internet*) ([www.frefermetalplus.com.br](http://www.frefermetalplus.com.br)), sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado, devendo os prazos para manifestação dos Debenturistas, caso seja necessário, obedecer ao disposto na legislação em vigor, nesta Escritura de Emissão ou, na falta de disposição expressa, ser de, no mínimo, 10 (dez) dias contados da data da publicação do aviso. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.
- 6.20 *Comunicações.* As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado. Eventuais prejuízos decorrentes da não comunicação quanto à alteração de endereço serão arcados pela parte inadimplente, exceto se de outra forma previsto nesta Escritura de Emissão.

I. para a Emissora:

**Frefer Metal Plus S.A.**

Rua Dianópolis, 122 – 1º

CEP 03125-0100 São Paulo - SP

At.: Sr. Christiano da Cunha Freire

Tel: (011) 2065-3399

Fax: (011) 2066-3398

E-mail: [christiano@frefermetalplus.com.br](mailto:christiano@frefermetalplus.com.br)

II. para o Agente Fiduciário:

**Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários**

Avenida das Américas, nº 4.200, bloco 4, sala 514



CEP 22640-102, Rio de Janeiro - RJ  
At.: Sr. Marcelo da Costa Ribeiro  
Tel.: (021) 3385-4565  
Fax: (021) 3385-4046  
E-mail: [marcelo@pentafoonotrustee.com.br](mailto:marcelo@pentafoonotrustee.com.br) /  
[trustee@pentafoonotrustee.com.br](mailto:trustee@pentafoonotrustee.com.br)

III. para a Instituição Depositária:

**Itaú Corretora de Valores S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar  
CEP 04538-132 São Paulo, SP  
At.: Sr. Dalmir Coelho  
Tel.: (11) 5029-4610  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: [dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br](mailto:dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br)

IV. Para o Banco Mandatário:

**Itaú Unibanco S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3400, 10º andar  
CEP 04538-132 São Paulo, SP  
At.: Sr. Dalmir Coelho  
Tel.: (11) 5029-4610  
Fax: (11) 5029-1920  
E-mail: [dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br](mailto:dalmir.coelho@itau-unibanco.com.br)

V. para a CETIP:

**CETIP – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos S.A.**  
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663 – 4º andar  
CEP 01452-001 São Paulo, SP  
At.: Sr. Fabio Benites  
Tel.: (11) 3111-1596  
Fax: (11) 3111-1563  
E-mail: [gr.debentures@cetip.com.br](mailto:gr.debentures@cetip.com.br)

7 OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

7.1 A Emissora está adicionalmente obrigada a:

- I. fornecer ao Agente Fiduciário:
  - (a) em até 90 (noventa) dias da data de encerramento de cada exercício social, cópia das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas, relativas ao respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil e demais normas de consolidação emitidas pela CVM, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;





- (b) cópia das demonstrações financeiras consolidadas com revisão limitada nos termos das normas da CVM, relativas ao respectivo trimestre, preparadas de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil, acompanhadas do relatório da administração e do parecer de auditoria ou relatório de revisão especial dos auditores independentes;
  - (c) com a mesma periodicidade de envio dessas informações à CVM, enviar as informações previstas na Instrução CVM n.º 480, de 7 de dezembro de 2009 (ou qualquer outra instrução da CVM que vier a substituí-la) ("Instrução CVM 480");
  - (d) no prazo de 1 (um) dia útil contado da data em que forem realizados avisos aos Debenturistas;
  - (e) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados das respectivas publicações, fatos relevantes, alterações estatutárias ocorridas na Emissora, editais de convocação de assembleias e atas de assembleias e de reuniões do conselho de administração que, de alguma forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, nas mesmas situações previstas e nos mesmos prazos previstos na Instrução CVM 480, ou, caso ali não estiverem previstos quaisquer prazos;
  - (f) na mesma data que tomar ciência da sua ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
  - (g) confirmar, por escrito, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da respectiva solicitação, de que está adimplente com suas obrigações, nos termos estabelecidos nesta Escritura de Emissão; e
  - (h) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada, por escrito, a fim de que este possa cumprir com suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e da Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").
- II. preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os termos da Lei das Sociedades por Ações, da Instrução CVM 480 e das demais regras emitidas pela CVM;
  - III. submeter suas demonstrações financeiras à auditoria, por auditor registrado na CVM;
  - IV. divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, no prazo máximo de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;





- V. manter os documentos mencionados no inciso I acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos, contados da data de divulgação;
- VI. enviar imediatamente à CETIP e demais entidades administradoras dos mercados em que as Debêntures forem admitidas a negociação, as informações divulgadas na forma dos incisos II e IV acima;
- VII. observar as disposições da Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002 ("Instrução CVM 358"), no tocante a dever de sigilo e vedações à negociação;
- VIII. divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário;
- IX. fornecer as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP;
- X. cumprir com todas as obrigações relacionadas à Instrução CVM 476, inclusive aquelas previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476;
- XI. convocar, nos termos da Cláusula 9 abaixo, Assembléia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacione com a Oferta Restrita, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- XII. cumprir com todas as determinações emanadas da CVM;
- XIII. estruturar e manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- XIV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão;
- XV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora e/ou por qualquer de suas controladas;
- XVI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e registros necessários à assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, da Fiança e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;





- XVII. preparar, com o auxílio do Coordenador Líder e dos assessores legais contratados, os documentos necessários para a realização da Oferta Restrita e ao registro e liquidação das Debêntures junto à CETIP;
- XVIII. contratar e manter contratados durante o prazo de vigência das Debêntures, a agência de classificação de risco, o Banco Mandatário, a Instituição Depositária, o Agente Fiduciário, a CETIP e todas e quaisquer outras providências necessárias para a manutenção das Debêntures, devendo, ainda, com relação à agência de classificação de risco: (a) atualizá-la anualmente, até a Data de Vencimento das Debêntures; (b) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco preparados pela agência de classificação de risco no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento pela Emissora; e (c) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração e o início de qualquer processo de revisão da classificação de risco. As despesas decorrentes dos serviços prestados pela agência de classificação de risco serão arcadas pelos Debenturistas titulares das Debêntures da Segunda Série;
- XIX. apresentar imediatamente ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- XX. comunicar aos Debenturistas e demais autoridades cabíveis a ocorrência de quaisquer eventos ou situações que sejam de seu conhecimento e que possam afetar negativamente sua habilidade de efetuar o pontual cumprimento das obrigações, no todo ou em parte, assumidas perante os Debenturistas;
- XXI. comunicar imediatamente ao Coordenador Líder qualquer alteração relevante em sua condição financeira, societária e/ou operacional que possa afetar a decisão, por parte dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;
- XXII. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Oferta Restrita ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXIII. abster-se de negociar valores mobiliários de sua emissão, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta Restrita, salvo nas hipóteses previstas no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXIV. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento à CVM, de (a) revelar informações relativas à Oferta Restrita, exceto aquilo que for necessário à consecução de seus objetivos, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida e (b) utilizar as informações referentes à Oferta Restrita, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Oferta Restrita;





- XXV. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- XXVI. fornecer ao Coordenador Líder e, por 5 (cinco) anos contados da data de celebração desta Escritura de Emissão, guardar à disposição do Coordenador Líder, toda a documentação relativa à Oferta Restrita, bem como apresentá-la, no prazo de até 10 (dez) dias úteis ou em tempo hábil para cumprir com o prazo estipulado por ordem judicial, administrativa ou arbitral, ao Coordenador Líder, sempre que assim solicitada;
- XXVII. não realizar outra oferta pública da mesma espécie de debêntures por meio da Instrução CVM 476, no prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se referida nova oferta for submetida a registro na CVM;
- XXVIII. efetuar, desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos do inciso III da Cláusula 8.3 abaixo, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XXIX. aplicar os recursos obtidos por meio da Oferta Restrita estritamente conforme descrito na Cláusula 4.1 acima;
- XXX. não praticar qualquer ato em desacordo com seu Estatuto Social e esta Escritura de Emissão, em especial os que possam, direta ou indiretamente, comprometer o pontual e integral cumprimento das obrigações assumidas perante os Debenturistas;
- XXXI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere o inciso XV da Cláusula 8.4 abaixo, em até 4 (quatro) meses do encerramento do exercício social ou no mesmo dia de sua divulgação pelo Agente Fiduciário, o que ocorrer primeiro;
- XXXII. notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- XXXIII. informar à CETIP, o valor e a data de pagamento de toda e qualquer remuneração referente às Debêntures;
- XXXIV. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XXXV. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo questionados pela Emissora na esfera judicial ou administrativa, de boa-fé, manter em dia o pagamento de todos os tributos devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- XXXVI. observar os limites de emissão prescritos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;





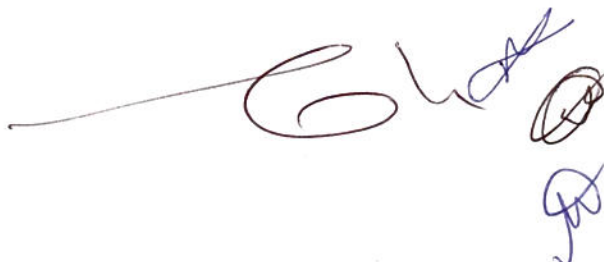
XXXVII. enviar à CVM e à CETIP, na data da primeira publicação de convocação de cada Assembléia Geral de Debenturistas, cópia do respectivo edital de convocação e da proposta a ser submetida à deliberação dos Debenturistas em tal Assembléia Geral de Debenturistas; e

XXXVIII. enviar à CVM e à CETIP, no dia em que se realizar cada Assembléia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de até 10 (dez) dias corridos, contados de tal Assembléia Geral de Debenturistas, cópia da respectiva ata de Assembléia Geral de Debenturistas.

## 8 AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina na qualidade de Agente Fiduciário e interveniente, que, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

- I. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o parágrafo 3º do artigo 66 da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM 28, especialmente no que se refere ao artigo 10, e demais normas aplicáveis, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-las, para exercer a função que lhe é conferida;
- II. aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- III. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IV. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão;
- V. aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;
- VI. verificou a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IX. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida;
- X. não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções; e





XI. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos.

8.2 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:

- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta Restrita, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição;
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembléia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetua-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão, que deverá ser arquivada na JUCESP;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior caso (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembléia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.19 e 6.20 acima;
- IX. o Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua





substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição; e

- X. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade:

- I. receberá uma remuneração a ser paga, pela Emissora, (i) em parcela única de implementação no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), devida no 5º (quinto) dia útil a contar da data de assinatura da presente Escritura de Emissão; e (ii) parcelas adicionais de manutenção no valor de R\$ 13.000,00 (treze mil reais), devida a cada 12 (doze) meses após o pagamento da parcela única de implementação, até o vencimento final desta Escritura de Emissão;
- II. no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a emissão, receberá, adicionalmente, da Emissora, o valor de R\$ 500,00 (quinhentos reais) por hora-homem de trabalho dedicado à (a) execução das garantias, (b) comparecimento em reuniões formais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (c) implementação das conseqüentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por "reestruturação das debêntures" os eventos relacionados à alteração: (i) das garantias; (ii) dos prazos de pagamento; e (iii) das condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;
- III. será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, incluindo despesas com:
  - (a) especialistas, caso sejam considerados necessários em base razoável, tais como auditoria, fiscalização, ou assessoria legal ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas;
  - (b) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
  - (c) extração de certidões;
  - (d) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções e desde que razoáveis; e





- (e) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.
- IV. poderá, em caso de inadimplência da Emissora no pagamento das despesas a que se refere o inciso III acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser previamente aprovadas, se assim possível, e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora, sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, (a) incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas; e (b) excluem os Debenturistas impedidos por lei a fazê-lo, devendo os demais Debenturistas ratear as despesas na proporção de seus créditos, ficando desde já estipulado que haverá posterior reembolso aos Debenturistas que efetuaram o rateio em proporção superior à proporção de seus créditos, quando de eventual recebimento de recursos por aqueles Debenturistas que estavam impedidos de ratear despesas relativas à sua participação.
- 8.3.1 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso IV acima será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.
- 8.3.2 Os honorários devidos ao Agente Fiduciário, conforme descritos na Cláusula 8.3, incisos I, II e III serão acrescidos dos impostos a ele incidentes nas alíquotas vigentes nas datas de pagamento, tais como: (i) ISS (Imposto sobre Serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição do Programa de Integração Social); (iii) COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social); (iv) CSLL (Contribuição Social Sobre Lucro Líquido); e (v) IRRF (Imposto de Renda Retido na Fonte).
- 8.3.3 As parcelas referentes à remuneração do Agente Fiduciário serão reajustadas pela variação acumulada IGP-M a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, ou, na falta deste, ou impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da Data de Emissão até as datas de pagamento, calculado *pro rata temporis*, se necessário.
- 8.3.4 A remuneração definida na Cláusula 8.3 acima continuará sendo devida (i) mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplência não sanada, ou, ainda, (ii) nas hipóteses de vacância do





Agente Fiduciário, conforme previsto na Cláusula 8.2 acima, enquanto estiver no exercício da sua função, sendo certo que sua remuneração será calculada e devida proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário.

8.4 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, excetuando-se as despesas de responsabilidade da Emissora, conforme previsto nesta Escritura de Emissão,; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar a observância, pela Emissora, do limite de emissão previsto no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VIII. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- IX. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- X. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- XI. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XII. solicitar, quando considerar necessário e dentro dos limites de razoabilidade, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIII. convocar, quando necessário, Assembléia Geral de Debenturistas;





- XIV. comparecer à Assembléia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XV. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos da alínea (b) do parágrafo 1º do artigo 68 da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo. Para tanto, a Emissora obriga-se desde já a informar e enviar todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório aqui citado, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização na CVM:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
  - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
  - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;
  - (d) posição da Oferta Restrita ou colocação das Debêntures no mercado;
  - (e) pagamentos realizados no período, bem como amortizações, aquisições facultativas, ofertas de resgate antecipado, aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
  - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da Oferta Restrita;
  - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
  - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Emissora;
  - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;
  - (j) relação dos bens e valores entregues à sua administração; e
  - (k) declaração acerca da suficiência e exequibilidade da garantia flutuante outorgada no âmbito da Oferta Restrita.
- XVI. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XV acima no prazo máximo de até 4 (quatro) meses contados da data de encerramento de cada exercício social da Emissora, na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XVII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 6.19 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XV acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVI acima;

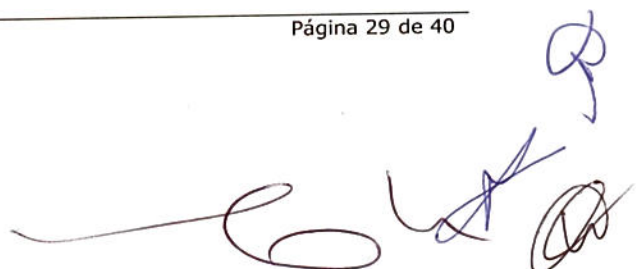




- XVIII. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à Instituição Depositária e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, a Instituição Depositária e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição das Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
- XIX. coordenar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer, conforme informações públicas disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis da data em que o Agente Fiduciário tomou, ou, empregando o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma dispensar, deveria ter tomado, conhecimento, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que a notificação discriminará as providências judiciais e extrajudiciais que o Agente Fiduciário tenha tomado para acautelar e proteger os interesses da comunhão dos Debenturistas. Comunicação de igual teor deve ser enviada à Emissora, à CVM e à CETIP; e
- XXII. verificar e acompanhar a obrigação da Emissora de contratar e manter contratada uma agência de classificação de risco para atualização do relatório de classificação de risco nos termos do inciso 0 da Cláusula 7.1 acima.

8.5 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6.18 acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, principalmente as Cláusulas 6.18, 6.18.1, 6.18.2, e 6.18.3 acima antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- II. requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento de falência, nos termos da legislação aplicável;
- III. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
- IV. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.





- 8.6 Observado o disposto nas Cláusulas 6.18, 6.18.1, 6.18.2, e 6.18.3 acima o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nos incisos I, II e III acima da Cláusula 8.5 acima se, convocadas as Assembléias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese do inciso IV da Cláusula 8.5 acima, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

## 9 ASSEMBLÉIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas de cada uma das séries, ou conjuntamente, poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembléia geral a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembléia Geral de Debenturistas" indistintamente ou, conforme o caso "Assembléia Geral de Debenturistas da Primeira Série" ou "Assembléia Geral de Debenturistas da Segunda Série").
- 9.2 As Assembléias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das Assembléias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.19 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembléias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As Assembléias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum.
- 9.5 A presidência das Assembléias Gerais de Debenturistas caberá aos Debenturistas eleitos por estes próprios ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das Assembléias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembléia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação de cada uma das séries, conforme o caso.
- 9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
  - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, quais sejam:  
(a) dos quoruns previstos nesta Escritura de Emissão; (b) da Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 0 acima; (c) de quaisquer datas de pagamento ou amortização de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (d) da espécie das Debêntures; ou (e) da criação de evento de repactuação.



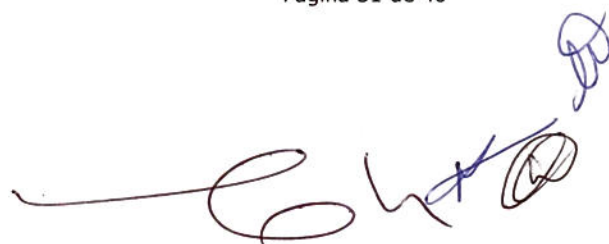
Para os fins de apuração (i) do quorum de instalação e deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, à Emissora, ou a qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora, ou qualquer de seus diretores ou conselheiros e respectivos parentes ou cônjuges até segundo grau; e (ii) do quorum de deliberação em qualquer Assembléia Geral de Debenturistas, além do disposto no item (i) acima, também serão excluídos os votos em branco.

- 9.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembléias Gerais de Debenturistas.
- 9.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembléias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.9 Aplica-se às Assembléias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembléia geral de acionistas.

## 10 DECLARAÇÕES DA EMISSORA

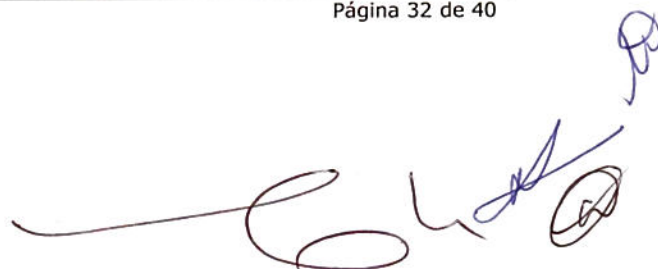
### 10.1 A Emissora neste ato declara que:

- I. é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações de acordo com as leis brasileiras;
- II. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM;
- III. está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com todas as obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura de Emissão têm poderes para tanto;
- V. esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e as obrigações nela previstas constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e do Fiador, conforme aplicável, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, com força de título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 585 do Código de Processo Civil Brasileiro;
- VI. a celebração e os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e o cumprimento das obrigações neles previstas, bem como a Oferta Restrita, (a) não infringem seu estatuto social; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora seja parte; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora, que seja de seu conhecimento; e (d) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de





- qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- VII. as informações prestadas por ocasião da Oferta Restrita e fornecidas no Contrato de Distribuição e nesta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Restrita;
- VIII. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2007, 2008 e 2009 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- IX. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição e do Contrato de Cessão Fiduciária, está cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- X. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não afete de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, está em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XI. inexistem (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso, (i) que possa afetar de forma adversa a capacidade da Emissora de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XII. nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, exceto pelo registro das Debêntures junto à CETIP, o qual estará em pleno vigor e efeito até a data de vencimento;
- XIII. não há qualquer ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental que possa vir a causar impacto substancial e adverso à Emissora, em suas condições financeiras ou em suas atividades, além daqueles mencionados nas demonstrações financeiras e informações trimestrais disponibilizadas pela Emissora à CVM e ao mercado,





que possam afetar a capacidade da Emissora de cumprir com as suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;

- XIV. cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Distribuição;
- XV. tem plena ciência de que, nos termos do artigo 9º da Instrução CVM 476, não poderá realizar outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da Oferta Restrita, exceto se referida nova oferta for submetida a registro na CVM; e
- XVI. tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Emissora, em observância ao princípio da boa-fé.

- 10.1.1 A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a reembolsar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima.
- 10.1.2 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.1.1 acima, a Emissora compromete-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações aqui prestadas mostrarem-se inverídicas ou incorretas na data em que foram prestadas.

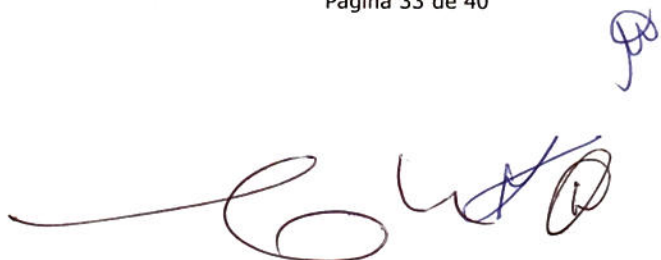
## 11 DESPESAS

- 11.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta Restrita ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, da Instituição Depositária e de prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

## 12 RENÚNCIA

- 12.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Dessa forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

## 13 TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA





13.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes, desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

#### 14 DISPOSIÇÕES GERAIS

14.1 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

14.2 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

14.3 As partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das partes e em perfeita relação de equidade.

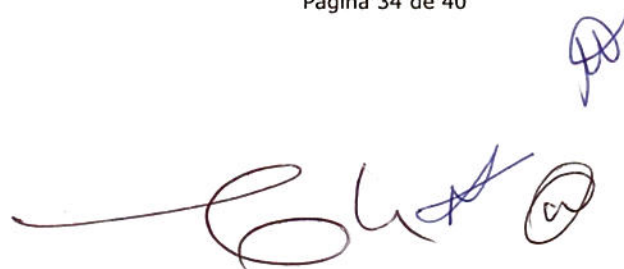
14.4 Os prazos estabelecidos na presente Escritura de Emissão serão computados de acordo com o disposto no artigo 132 do Código Civil, sendo excluído o dia de início e incluído o do vencimento.

14.5 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

#### 15 LEI APLICÁVEL

15.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

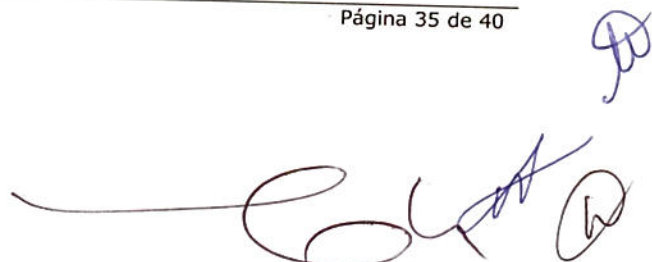
#### 16 FORO





- 16.1 Fica eleito o foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

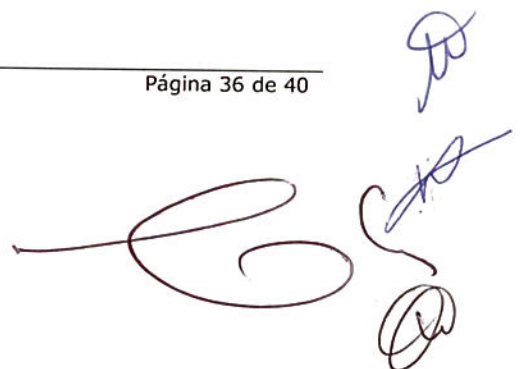
Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.





São Paulo, 16 de novembro de 2010.

(As assinaturas seguem nas 4 (três) páginas seguintes).

The block contains three handwritten signatures in blue ink. The largest signature is a stylized 'E' with a long horizontal stroke. To its right are two smaller, more compact signatures, one above the other.



*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a Segunda Série da Frefer Metal Plus S.A., celebrada em 16 de novembro de 2010 – Página de Assinaturas 1/4.*

**FREFER METAL PLUS S.A.**

x 

Nome:

Cargo:

Nome:

Cargo:



*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a Segunda Série da Frefer Metal Plus S.A., celebrada em 16 de novembro de 2010 – Página de Assinaturas 2/4.*



Nome: **CHRISTIANO DA CUNHA  
FREIRE**

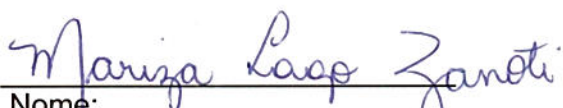
R.G.:

CPF/MF:



*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a Segunda Série da Frefer Metal Plus S.A., celebrada em 16 de novembro de 2010 – Página de Assinaturas 3/4.*

**PENTÁGONO S.A DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

  
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: PROCURADORA.

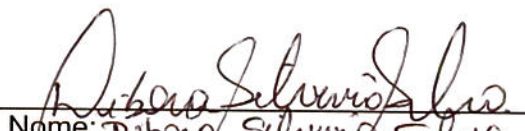
Nome: \_\_\_\_\_  
Cargo: \_\_\_\_\_





*Instrumento Particular de Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, em Duas Séries, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Flutuante e Garantia Fidejussória e Real Adicionais para a Segunda Série da Frefer Metal Plus S.A., celebrada em 16 de novembro de 2010 – Página de Assinaturas 4/4.*

Testemunhas:

  
Nome: Debora Silvino Silveira  
Id.: 22054.62376 SSP/SP  
CPF/MF: 355.852.718-20

  
Nome: Romilda Aparecida de Almeida  
Id.: 16.204.432 SSP/SP  
CPF/MF: 056.038.358-75

